



XIV Encontro Nacional da ANPUR

23 a 27 · maio · 2011 · Rio de Janeiro

XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR

Maio de 2011

Rio de Janeiro - RJ - Brasil

DES-ORDEM URBANA E MOVIMENTOS SOCIAIS: O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TETO (MTST) E SUAS TÁTICAS EM RECIFE/PE

Otávio Augusto Alves dos Santos (UFPE) - otavioaas@gmail.com

Bacharelado em Geografia

Introdução

Em escritos anteriores, vimos tentando demonstrar a importância que alguns movimentos sociais possuem na definição e organização dos arranjos espaciais urbanos. Neste escrito, em especial, procuramos fazer uma reflexão a cerca do ordenamento territorial urbano de nossas cidades, tentando demonstrar a importância que alguns movimentos sociais urbanos, alguns dos quais enquanto desordens geopoliticamente não-funcionais à ordem capitalista, possuem na mudança estrutural dos arranjos espaciais e dos mecanismos de ordenação. Procuramos realizar tal reflexão, dessa forma, a partir da atuação do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST/PE) na cidade do Recife.

Analisamos, então, em que medida esse movimento promove mudanças na ordem vigente, levando-se em consideração as especificidades dos lugares onde atua e, também, as possibilidades de materialização de um espaço socialmente mais justo, mesmo diante do fortalecimento das relações de produção capitalista trazidos pelo então regime de acumulação pós-fordista.

Primeiramente, tentamos fazer uma sucinta exposição do significado do termo ordenamento territorial urbano, procurando definir os conceitos que o compõe e o que ele significa diante do contexto histórico-geográfico capitalista, mas procurando atender, na teorização, as adequações reclamadas pelo objeto em questão. Já na segunda parte procuramos analisar de maneira lacônica a condição urbana recifense no intuito de subsidiar a análise feita na terceira parte, onde nos debruçamos de maneira mais enfática sobre o nosso objeto, o MTST/PE.

Ordenamento Territorial Urbano e os Movimentos Sociais

Compreender o significado do termo “Ordenamento Territorial”, segundo Haesbaert (2006), perpassa, obrigatoriamente, pelo bom entendimento dos dois conceitos que o constituem: ordem e território. O primeiro tem haver, segundo Moreira (2007), ao *arranjo do espaço*¹, a configuração do espaço das coabitações orientadas para um fim, seja ele no sentido de centralidade ou de alteridade. Acreditamos, porém, que a ordem implica num direcionamento dado à configuração do espaço para que, em conformidade a uma racionalidade específica, seja então desenvolvido um arranjo espacial. Acreditamos também que a materialização da ordem vem sempre acompanhada, conseqüentemente, de sua companheira indissociável, a desordem. Esta, por sua vez, desemboca num desarranjo espacial.

O segundo conceito, o território, diz respeito, de praxe, às relações de apropriação e/ou domínio da sociedade sobre seu espaço (HAESBAERT, 2006), “*um campo de forças, as relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial*” (SOUZA, 2007, p. 97).

Definindo o ordenamento territorial

O ordenamento territorial tem por fim, segundo Moreira (2007), administrar, por meio da *tecnologia do arranjo* (parafraseando Foucault), a base contraditória do espaço (localização e distribuição), expressando-se por um conjunto de regras e normas de coabitação. Sustentamos, todavia, que o ordenamento territorial se constitui num processo de regulação que envolve um conjunto de diretrizes e ações para mobilizar recursos e, conseqüentemente, organizar os objetos espaciais no intuito de alcançar um arranjo espacial que maximize e mantenha as relações de produção vigentes, o que também implica em controlar os meios de reprodução socioespaciais. O que para Raffestin (1993) é concretizado por meio da materialização da estrutura “*tessitura – nó – rede*” que, por sua vez, asseguram o controle do que pode ser alocado, distribuído e possuído, mantendo uma ordem.

Assim, se considerarmos que territorializar implica em exercer controle sobre o espaço e seus movimentos (pessoas, objetos naturais, objetos técnicos e informações), ao territorializar o espaço, eu automaticamente o ordeno. Ordenar o espaço é, como afirma Haesbaert (2006), territorializa-lo. Desta forma, há certa “[...] redundância entre os termos territorialização e ordenamento. Conseqüentemente, desterritorialização e desordenamento seriam também expressões correlatas” (Ibidem, 2006:120). Por fim, é bom lembrar que ao ordenar-territorializar um fragmento do espaço, exclui-se outros recortamentos desordenados desse espaço, embora pertençam todos ao mesmo espaço de relações.

Sendo um conjunto de práticas que envolvem apropriação e controle, cremos que o ordenamento territorial é por excelência uma atividade política, em que há um intenso conflito de interesses, protagonizados por diversos atores socioespaciais. Atores esses que, no presente momento histórico, correspondem ao poder público, a iniciativa privada (incluindo as iniciativas multilaterais e supranacionais) e a sociedade civil organizada. Cada um desses atores jogam no processo de ordenamento, em defesa de seus anseios e, conseqüentemente, de sua razão e de seus valores.

Primeira etapa do processo de ordenamento do território, o planejamento, constitui-se também na fase em que “solidariamente” é construído, ainda no nível da *psicoesfera*, o arranjo espacial desejado, a ordem ansiada. Ordem essa que estará em conformidade com a razão hegemônica no conflito entre atores. O plano ou projeto é o resultado do planejamento, nele estão previstas as diretrizes e ações para construir a ordem (as

atividades gestionárias), e, conseqüentemente, os meios de controlar as desordens inerentes ao processo.

Ademais, a concretização do arranjo espacial desejado se realiza, no nível da *tecnoesfera*, por meio de ações estratégicas, sendo elas, segundo Certeau (1998, p. 99), o conjunto de práticas advindas do

“[...] cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder [...] pode ser isolado. A estratégia postula um *lugar* suscetível de ser circunscrito como *algo próprio* e ser a base de onde se podem gerir as relações com *uma exterioridade* [...]”

Em outras palavras, a estratégia é a “prática legal” e consuetudinariamente cristalizada como própria à vida social. É por meio dela que o espaço é ordenado, por meio delas também que se impõem regras de coabitação (sejam consensuais ou coercitivas) e controlam-se as eventuais desordens. Do ordenamento, tem-se, como resultado, um arranjo espacial que, em síntese, é uma *cena*: conjunto de objetos, sua disposição na superfície e o enredo que compõe sua totalidade enquanto espaço-tempo.

A desordem é tudo que foge à ordem. Mas ela não deve ser simplesmente e apenas combatidas para a plena concretização da ordem, pois, segundo Haesbaert (2006), elas são, muitas vezes, a manifestação de uma nova ordem, ou da emergência de um novo ordenamento. As desordens podem desencadear, dessa forma, mudanças nos mecanismos de implementação da ordem, fazendo-os mais eficientes em abarcar mais elementos do espaço. Quando orientadas por uma contra-racionalidade transformadora, essas desordens podem desencadear em resistências socioespaciais à ordenação hegemônica, como veremos mais a diante.

A cidade e a des-ordem capitalista

Faz-se necessário saber, entretanto, que no contexto urbano capitalista, a predominância do fator econômico é inquestionável. E esse fator é majoritariamente controlado por apenas um dos atores socioespaciais dos quais falamos anteriormente. Evidentemente o ordenamento territorial procurará atender em primazia os dados infra-estruturais, que se personificam nos anseios desses atores hegemônicos e tendem a se reproduzir por intermédio de suas superestruturas.

Assim, há uma interferência, por parte do sistema econômico, na lógica de ordenamento territorial (nos projetos e estratégias) que o faz entrar em conformidade apenas com uma *racionalidade instrumental* que, por sua vez, como afirmou Habermas (*apud* SOUZA, 2010), tende a adequar os meios à fins preestabelecidos. A ordem capitalista é, portanto, predefinida verticalmente!

Essa ordenação vertical imposta pelos atores hegemônicos, por sua vez, cria uma desordem funcional à ela, ao mesmo tempo que desenvolve nela a necessidade ideológica da ordem e a esperança de uma ordenação futura. Essa desordem é, portanto, estrutural, e a razão que a origina procura manter-la para que ela seja o *campo-reserva* de expansão geográfica quando os espaços ordenados estiverem saturados (hiper-racionalizados). Assim a ordem controla a desordem procurando não permitir que ela mesma desencadeie, por meio de outra racionalidade, o estatuto de concretude, legitimidade e legalidade. E quando essa desordem deixa de ser funcional à ordem, sendo orientada por outra racionalidade que não a instrumental, os mecanismos de controle da desordem surgem como mantenedores da civilidade burguesa.

O ordenamento, neste sentido, procura manter o modo de produção vigente, e seu controle da desordem busca impedir que elas desencadeiem mudanças estruturais. Por isso, é pertinente a idéia de uma *sociedade unidimensional*² de que nos falava Marcuse (*apud* MONDIN 1983; MATOS, 2005) onde o ordenamento vertical seria o seu viabilizador. O ordenamento territorial, no contexto capitalista, constitui-se num mecanismo de reprodução do sistema e construção de um espaço unidimensional, incompatível, portanto, com a prática da comunicação e da cidadania.

Nessa ordem capitalista, então, as desordens são simplesmente reprimidas e/ou controladas, uma vez que elas podem, como disse Haesbaert (2006), representar mudanças na ordem hegemônica. Essa repressão à desordem, segundo Barboza (2007), ocorre por meio do *urbanismo décor*, da *estetização mercantil* dos espaços urbanos e da ânsia por *lei, ordem e segurança*, reclamada, sobretudo, pelas classes médias urbanas. Essa luta contra uma suposta *cidade sem ordem e sem lei*, no intuito de restaurar o *convívio civilizado* é “um dos mais vigorosos clichês legitimadores das estratégias urbano-arquitetônicas da atualidade” (*Ibidem.* p. 126). Elas desdobram-se, quase sempre, em segregação, gentrificação e padronização dos espaços.

A estetização da paisagem combina-se ao controle e à normatização dos corpos estranhos e rebeldes, com o objetivo de figurar uma cidade da ordem em oposição à desordem. O urbanismo *décor* revela sua face oculta: um poderoso instrumento de regulação coercitiva da vida social nas cidades (*Ibidem.* p. 130).

Soma-se a essa questão, os ajustes impostos pelo uso crescente de tecnologias informacionais, as mudanças na divisão internacional do trabalho e a abertura econômica desmedida para as corporações multinacionais; características típicas do modo de acumulação pós-fordista que, por sua vez, acentuam os apelos por estetização e normatização do caos urbano.

[...] A imagem do caos vem assumindo um papel significativo na condução de práticas sociais de reordenamento territorial e paisagístico das cidades, cujas conseqüências mais imediatas já começam a se delinear [...] os

apelos à normatização da cidade diante do caótico vêm orientando práticas de vigilância e disciplinarização de corpos indesejáveis [...] Práticas discricionárias que se amparam no objetivo, sempre pretendo, de defender o cidadão-consumidor da "barbárie" instaurada pela desintegração do tecido social (BARBOSA, 1999, p. 60 e 61)

A necessidade de disciplinar o caos aumenta e enrijece, desta forma, as práticas de controle das desordens através da repressão aos corpos rebeldes (os lumpemproletários, os sem-terra, sem-casa, sem...), por meio de intervenções urbanísticas pontuais e específicas e não mais pelas outrora modernas grandes intervenções. Essas práticas pontuais, por sua vez, dificultam o desenvolvimento de um pleno ordenamento (seja instrumental ou comunicativo) do espaço urbano, propiciando, em contrapartida, um "des-ordenamento" da cidade. Além disso, mesmo que contraditoriamente insistam em (re)construir a civilidade seqüestrada pelo caos, tais práticas não hesitam em se utilizar dos mecanismos de violência do Estado e das corporações de segurança engendrando a construção de microterritórios de incivilidade e violência. Todavia, mesmo com as repressões, as desordens não param de se avolumar, mesmo que reprimidas, elas sobrevivem e criam formas.

A desordem não-funcional

Como dissemos, essa desordem, quando orientada por uma contra-racionalidade transformadora, ou seja, quando liberta de sua funcionalidade à ordem, adquire o *status* de movimento social urbano, ou, no dizeres de Fernandes (*apud* PEDON, 2009): *movimentos socioespaciais e socioterritoriais*³. Mas isso não é fácil, pois a condição de movimento social necessita, segundo Touraine (*apud* ICAZA, 2009), de três componentes caros à alguns atores socioespaciais nessa era de acumulação globalizada: *identidade, oposição e totalidade*.

A identidade é a autoconsciência da sua posição e do seu papel frente ao todo territorial, o que implica num conhecimento dos elementos estruturais e estruturantes dos arranjos espaciais. Ela informa que o todo ator socioespacial é determinado pelas relações de produção vigentes, sobretudo pelo trabalho, mas que possui liberdade para modificar-las, uma vez que, segundo Sartre (*apud* MONDIN, 1983) *a liberdade é uma instância inerente à condição humana*. A oposição, por seu turno, é a consciência dos quadros contra os quais se pretende combater, ou seja, os fatores de desigualdade, de injustiça e da ordem opressora. Em síntese, a oposição deve informar os mecanismos de reprodução da estrutura opressor-oprimido de que nos fala Freire (2005). E, por fim, a totalidade que é a consciência da história e da necessidade de construção da cidadania que, por sua vez, corresponde a liberdades individuais e grupais.

Apenas mediante a consolidação desses aspectos, aliado à capacidade de recrutar membros na construção de uma base de organização relacional, é que da desordem,

emergem os movimentos sociais urbanos. Todavia, como o ordenamento territorial é orquestrado em ações estratégicas definidas, antes de tudo, por apelos econômicos personificados nos anseios de classes hegemônicas; resta tão somente, à esses movimentos sociais, agirem por meio de táticas, sendo elas, segundo Certeau (1999, p. 100 e 101), toda a

“ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio [...] A tática não tem por lugar senão outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como organiza a lei de uma força estranha [...] Em suma, a tática é a arte do fraco”.

Nestes termos é que, em geral, agem os movimentos sociais urbanos. No entanto, eles são extremamente importantes nas reformulações da ordem burguesa e dos seus mecanismos de implementação e manutenção, tornando-os mais participativos. Sua atuação então só adquire maior eficácia, enquanto transformação efetiva da ordem, quando extrapolam esse agir tático, logrando a capacidade de agir estrategicamente e de maneira interescolar, na tentativa de construir um espaço mais justo e que informe os novos contextos sociais que vão surgindo.

Recife: breve panorama de uma cidade desigual

Esses movimentos sociais urbanos, em geral, possuem uma elementar importância na estruturação de diversas cidades brasileiras. Em Recife, suas práticas remontam o início do século passado. Em geral, eram movimentos de base microterritorial, os chamados movimentos e/ou associações de bairro, que, com o intermédio do Partido Comunista, cresceram em amplitude e força política em diversos momentos da história, obtendo diversas conquistas. Sendo tolhidos em diversos momentos, mas, sobretudo, quando o controle da desordem era além da capacidade dela se exprimir.

É evidente que as insatisfações desses movimentos residiam na estrutura socioespacial da cidade, a qual sempre sustentou elevados índices de desigualdade. O modelo de construção da cidade implantado em Recife, sobretudo a partir do início de séc.XX, fez com que surgissem, em seu espaço intra-urbano, alarmantes rastros de degradação ecológica e miséria humana. Além disso, o ineficaz planejamento da máquina urbana e a conseqüente ausência de um autêntico desenvolvimento urbano levaram a cidade a possuir, hoje, uma estrutura espacial altamente desigual (figura 01), tornando-se palco de diversos confrontos socioespaciais. Segundo o cadastro de áreas pobres da Região Metropolitana do Recife (Realizado pelo Observatório Pernambuco de Políticas Públicas a partir de dados censitários do IBGE), existiam em 2000 cerca de 426

comunidades pobres (loteamento precários e favelas) em Recife, o que equivalia a 592 mil habitantes (CLEMENTINO & SOUZA, 2009).

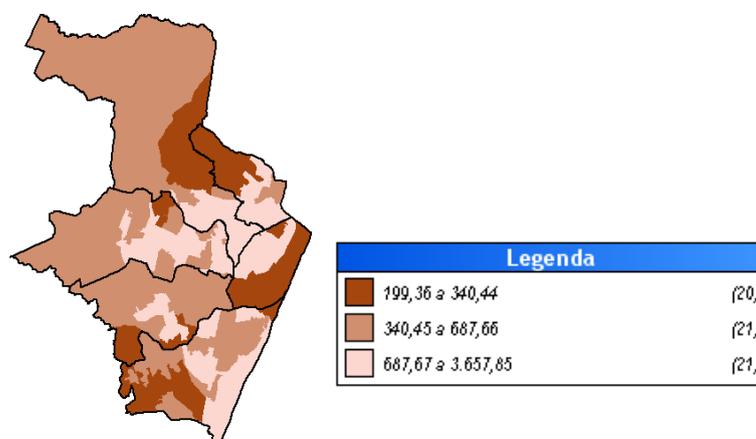


Figura 01: **Distribuição espacial da renda média dos responsáveis pelo domicílio por unidades de desenvolvimento humano (2000)**

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano do Recife, 2005

Nota: Embora saibamos que o econômico não diz tudo, a espacialização da renda média nos permite perceber o quanto a cidade do Recife é fragmentada socioespacialmente

Apenas uma pequena parcela da população citadina é quem sempre conseguiu efetivamente participar da *cidade formal* (ordenada), e uma parcela ainda menor a se beneficiar dos frutos de seu processo desigual de desenvolvimento, uma vez que os diversos arranjos espaciais desenvolvidos nunca contemplaram ou representaram os anseios de todos os cidadãos. A maioria dos indivíduos ficaram, então, sem possuírem o direito à cidade, tendo o fato urbano como algo feito, sem espaço para sua atuação.

Devido à desigualdade quanto ao acesso aos direitos sociais e políticos e à ausência de perspectivas de conseguirem empregos na economia urbana formal, essa enorme massa de cidadãos destituídos de cidadania passaram a viver, na maioria das vezes, em condições precárias de existência, subsistindo em cortiços, bairros pobres ou favelas, em habitações inóspitas, quando não vivendo mesmo sem habitação alguma, perambulando pelas ruas, dormindo nas calçadas e praças.

Percebendo essas desigualdades, esses indivíduos passaram a desenvolver suas *táticas de sobrevivência* através de práticas “marginais” ao sistema, como, por exemplo, a informalidade e a ocupação de terrenos juridicamente irregulares, engendrando o desenvolvimento da *cidade informal* (desordenada).

Dentre os elementos mais proeminentes dessa desordem urbana, destaca-se o problema habitacional. Este, por sua vez, sempre foi uma mazela custosa às soluções pragmáticas e eleitoreiramente eficientes do poder público⁴. Mesmo com os avanços obtidos com a administração do Partido dos Trabalhadores (PT), ainda há a necessidade de 47.327

novas habitações, como aponta o documento do Observatório Pernambuco de Políticas Públicas (CLEMENTINO & SOUZA, 2009). Segundo o mesmo documento, “44% dos domicílios recifenses localizam-se em áreas com condição inadequada de infra-estrutura. Há, ainda, 4.701 pontos de risco nos morros e 195 famílias passíveis de remoção, residentes em 96 localidades de alagados” (Ibidem).

A permanência das desigualdades socioespaciais, bem como a manutenção das precárias condições infra-estruturais em muitos lugares da cidade, demonstra também a ineficiência das diversas políticas públicas urbanas e habitacionais em construir um espaço socialmente mais justo, negando a consolidação do direito à moradia digna e ao entorno; o que, por sua vez, acirra ainda mais as insatisfações populares e legitimam a atuação dos movimentos territorializados e de sem-teto.

O Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) e suas Táticas

Antes do surgimento dos movimentos sem-teto em Recife, havia apenas os movimentos de base microterritorial, organizados entorno da desordem representada em seus bairros, vilas e/ou favelas, articulados pela Central de Movimentos Populares e os Fóruns de Reforma Urbana. Os movimentos sem-teto, por sua vez, surgiram como uma espécie do resultado da fragmentação desses movimentos, a partir da tradição de lutas acumuladas por lideranças nos bairros, porém expandindo essas reivindicações para além desses bairros.

Esses movimentos sem-teto funcionam como verdadeiros gerenciadores de famílias sem-teto, organizando mobilizações, ocupações e efetivando todos os processos legais e burocráticos até que essas famílias sejam atendidas por programas habitacionais de interesse social. Os sem-teto, por sua vez, são também verdadeiros “migrantes urbanos”, e que por isso perpassam por profundos processos de redefinição territorial e readequações socioespaciais e identitárias. Para provar isso, basta reparar a dinâmica das ocupações dentro do espaço urbano, orquestrada por seus movimentos, ora ocupando um local, ora outro.

Em geral, a existência dos sem-teto enquanto desordem urbana surgiu em decorrência do *contexto político-econômico dos anos 1980-1990, que se caracterizou pelo arrocho das políticas sociais e direitos sociais*⁵ e do advento, também nos anos 1990, dos *modernos e excludentes planos de ordenamento das cidades*⁶. Tratam-se, assim, dos indivíduos que não conseguiram se adequar às regras e normas que caracterizam a face territorial da modernidade, ou seja, aqueles que não conseguiram se inserir na dinâmica de funcionamento da sociedade urbana capitalista moderna, não atendendo as exigências de

acesso à moradia por meio do mercado imobiliário ou as exigências mínimas dos programas habitacionais governamentais.

A exclusão imposta aos sem-tetos, representada, nos dizeres de Maricato (*apud* RODRIGUES, 2002), na omissão dada às “cidades das invasões” nos planos urbanísticos modernos, idealizados por corpos rígidos de técnicos e planejadores, sempre de acordo com uma racionalidade instrumental e mercantil de produção de espaços eficientes à circulação do dinheiro; foi que gerou descontentamentos. Essas insatisfações somadas a conscientização dessa realidade territorial injusta e a capacidade de gerar coesão e mobilização social levou a formação dos primeiros movimentos sem-teto. Esses movimentos surgiram, então, na tentativa de dar voz ao conjunto de indivíduos que não conseguiam participar dessa cidade, na perspectiva de contra-argumentar os discursos da modernização excludente e da cidadania burguesa, mostrando o que ninguém quer ver, uma realidade inconveniente.

Isso está claro, por exemplo, no processo de surgimento do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto em nível nacional, quando em 1997, João Pedro Stédile (líder do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra) incitou ocupações em terrenos baldios em Campinas/SP. Rapidamente o governo federal tentou taxar Stédile como estimulador de badernas, inclusive tentando mover contra ele um processo jurídico (RODRIGUES, 2002). A existência de indivíduos excluídos da ordem burguesa deveria ser reprimida, ou simplesmente criminalizada, pois representava algo incômodo.

O MTST: sua trajetória em Recife

Em Recife, o MTST surgiu a partir de choques de interesses e objetivos entre lideranças pertencentes a diversos partidos e movimentos sociais que atuavam na ocupação do prédio do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), no bairro de Santo Antônio, centro do Recife (Figura 01), em 1999. Esta ocupação, por sua vez, foi resultado de uma marcha encabeçada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) que, juntos com outros movimentos sociais, estudantis, sindicais, além de segmentos progressistas da Igreja Anglicana, compunham o Fórum de Luta por Terra, Trabalho e Cidadania.



Figura 01: **Edifício Edvaldo dos Santos Reinaldo; antigo INSS, no centro do Recife**
Autor: Otávio Augusto, 2010

Mesmo congregando uma grande quantidade de movimentos sociais e associações, a ocupação do prédio do INSS foi atribuída (pelo menos pela mídia) ao Movimento Urbano dos Trabalhadores Sem-Teto (MUST), movimento esse ligado ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU) que já vinha atuando em outras ocupações na RMR desde 1996.

É na ocupação do prédio do INSS, envolvendo cerca de 780 famílias, que ocorre a cisão entre MUST e MTST. Um grupo de lideranças mais próximas ao MST e ao PT foram se afastando e se opondo ao MUST, devido à algumas de suas práticas, construindo uma enorme base de debates que, após um encontro realizado na fazenda Normandia em Caruaru/PE, em Fevereiro de 2000, construiu a bandeira e os princípios do MTST Pernambuco (MTST/PE).

Desde a primeira ocupação excepcionalmente coordenada pelo MTST em Recife - a que ocorreu em um terreno da Prefeitura da Cidade do Recife (PCR) no bairro da Torre, em 28 de Janeiro de 2000 – até sua consolidação enquanto ator produtor do espaço por meio de suas ocupações (Tabela 01 e Figura 02), o MTST cresceu em importância e níveis de articulação, tornando-se um importante gerenciador da desordem.

Tabela 01: **Cena das ocupações coordenadas ou apoiadas pelo MTST/PE em Recife até 2010**

OCUPAÇÃO	Nº DE FAMÍLIAS	TEMPO DE OCUPAÇÃO	SITUAÇÃO
Água Fria	123	5 anos	Em conjunto habitacional
Arruda	63	7 anos	Recebendo auxílio moradia
Cais de Santa Rita	63	5 anos	Recebendo auxílio moradia
Campo Grande 1	125	11 meses	Dispersos e sem auxílio
Fundão	125	11 meses	Dispersos e sem auxílio
Campo Grande 2	250	1 mês	Sem auxílio
Casarão do Cordeiro	280	5 anos	Em conjunto Habitacional
Cruz Vermelha	43	1 mês	Recebendo auxílio moradia
Coliseu	245	8 anos	Recebendo auxílio Moradia
Lagoa da Conquista	820	8 anos	Sem auxílio
Minerva/EKN	200	1 mês	Despejados
Vila dos Morcegos	18	-	Em habitações
Prédio do IBGE	150	3 semanas	Sem auxílio (mais recente ocupação)
Posto 11	25	8 anos	Sem auxílio
Terra Nossa	1.115	9 anos	Esperando regularização fundiária e urbanização
Torre (Bueirão)	400	2 meses	Despejados
Trianon	150	3 meses	Despejados

Elaboração: Otávio Augusto, 2010

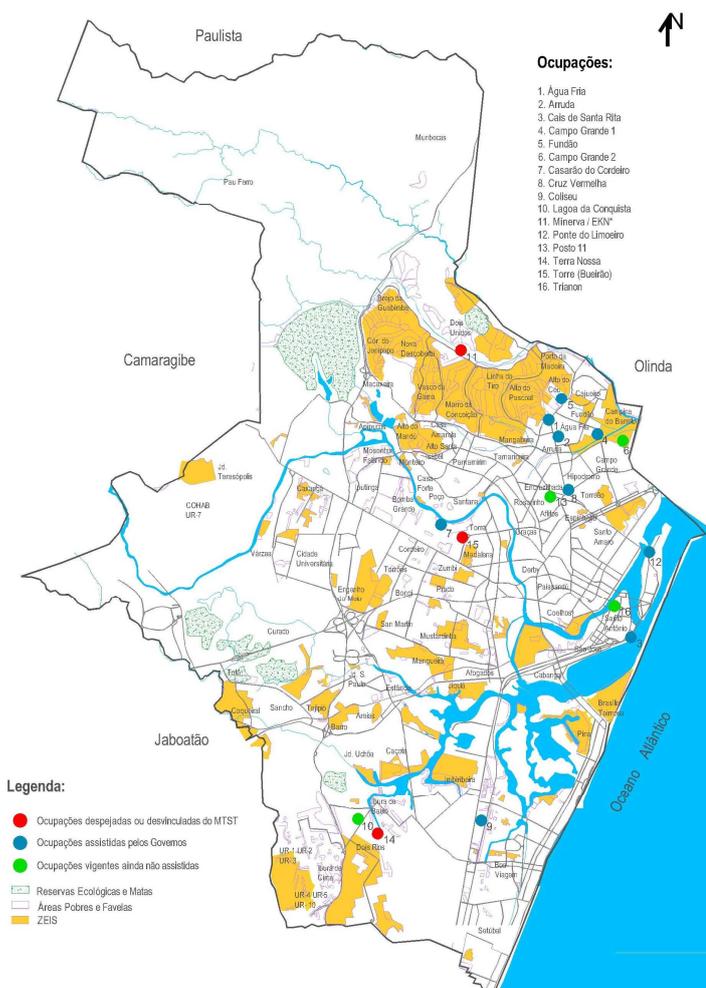


Figura 02: Localização geográfica das ocupações do MTST em Recife/PE
 Fonte: Prefeitura da Cidade do Recife; Edição: Sofia Mahmood, 2010

Gerenciador das desordens, mesmo que apenas em nível local, o MTST ganhou importância política e visibilidade, a ponto de ter seus interesses considerados na formulação dos planos de ordenação do espaço urbano, sobretudo no contexto da administração petista. Os inúmeros programas habitacionais hoje vigentes e coordenados pela prefeitura já reconhecem, mesmo que timidamente, a existência de entidades que representam os destituídos do direito de morar.

O MTST e suas táticas

A principal tática empreendida pelo MTST são os microterritórios táticos (ocupação de terrenos e/ou edificações que não estão exercendo sua função social) (Figura 03), e o discurso que sempre, pelo menos de início, justificou essa tática, foi o de atribuir novas finalidades a alguns espaços da cidade que antes funcionavam como locais propícios à violência (assaltos, estupros e assassinatos).



Figura 03: **Momento exato de uma ocupação, bairro de Campo Grande, Recife/PE**
Autor: Otávio Augusto, 2010

O apartheid socioespacial entre a cidade ordenada e a cidade desordenada, propiciado pela proliferação das ocupações, acirra, de certa forma, os conflitos geopolíticos urbanos. A cidadania burguesa, por sua vez, passa a apenas reconhecer quem possui um endereço formal, quem paga impostos, quem trabalha, quem é “cidadão-de-bem”. Quando os indivíduos excluídos desse processo conseguem aparecer, quando tentaram mostrar que existem, por meio das desordens não-funcionais, logo são tidos como bárbaros, contrários à lei, a ordem e a segurança burguesa.

Assim, para conter o aparecimento de outra ordem, são acionados os mecanismos de controle das desordens. Estes, então, nem sempre consideram os sem-teto como seres humanos, tendo em vista a violência que por vezes se utilizam. Isto é claramente expresso pela selvageria que, muitas vezes, os sem-tetos foram/são tratados pelos mecanismos de repressão do Estado. As ações de reintegração de posse e de despejo na RMR são, muitas vezes, palco de incivilidade. E a repercussão das ocorrências violentas (Figura 04) aumenta, gradativamente, a visão deturpada da realidade dos sem-tetos que existe no imaginário

social, na medida em que a mídia, em suas interpretações conservadoras, termina criminalizando os movimentos, tornando os seus ativistas verdadeiros e únicos vilões da ordem pública⁷ (que não é pública, mas apenas privada).



Figura 04: **Conflitos entre policiais e sem-teto em frente ao palácio do governo (01/10/2007)**
Autor: Alexandre Severo, publicado no JC On-Line, em 02 de Outubro de 2007

Mesmo agindo pela ilegalidade e com a repressão policial, o MTST adquiriu, como dissemos, uma relativa força política, ao exigir dos governos locais a garantia do direito de morar. Porém, em Recife, ele sempre sofreu com certa ausência de um sentimento de grupo forte, e de uma articulação e ação mais sistemáticas (assim como os demais movimentos sem-teto), características imprescindíveis para seu fortalecimento enquanto desordem não-funcional. Essas características, ao contrário, são muito fortes nos movimentos do campo, como o MST.

A enorme força política do MST, sua representatividade enquanto contra-hegemonia no campo e o nítido delineamento do seu projeto de organização socioespacial ocorrem porque, na realidade agrária, os “inimigos” (a oposição) da justiça territorial são muito mais claros: o latifúndio, o agronegócio etc. A capacidade de definição identitária, enquanto desordem não-funcional, pra os movimentos do campo é muito mais fácil que para os movimentos da cidade. Isso porque, como dito anteriormente, os habitantes da cidade são verdadeiros migrantes urbanos que perpassam por crises de definição espacial e identitárias. Assim, para o MTST, o triplo *identidade, oposição e totalidade*, nem sempre são bem definidos.

O MTST: uma avaliação

Mesmo com as dificuldades de definição, enquanto identidade e oposição, é inegável a importância do MTST na estruturação dos arranjos espaciais. Suas práticas, mesmo que timidamente, lograram alguns êxitos em Recife, dentre os quais vale a pena destacar:

a) *A conquista de moradia às famílias sem-teto*: mesmo não sendo tudo o que se necessita conquistar para se integrar a lógica de organização do espaço, a posse de uma

moradia é um primeiro passo à conquista dos demais direitos sociais e políticos, tendo em vista que muitos deles requerem uma localização no espaço, um endereço;

b) *Um aparato institucional de defesa das famílias destituídas de direitos*: o MTST, em Pernambuco, atende institucionalmente por Associação de Amparo às Famílias Sem-Tetos. Trata-se, portanto, de uma instituição que, por meio dos mecanismos disponíveis, busca amparar os desamparados pela lógica de organização da cidade.

Porém, não se pode negligenciar o fato de que a atuação do MTST, em Recife, ainda está permeada de entraves no que concerne à mudança da ordem e de seus mecanismos de realização. São eles:

a) *Inconsistência projetual*: Como dissemos, na cidade, a situação que se pretende expurgar com a luta social é, por vezes, difícil de identificar. O processo de especulação imobiliária que, a princípio, seria o grande vilão dos que não possuem o direito de morar, muitas vezes é reproduzido pelos mesmos sem-teto assim que conquistam suas moradias. A venda de moradia e até de barracos dentro das ocupações é freqüente, indicando que, concretamente, na contramão dos discursos das lideranças, *a especulação imobiliária talvez não seja o que realmente se pretende combater na luta do movimento*;

b) *O modo de organização*: As coordenações locais reúnem-se bimestralmente com a Coordenação Estadual, composta por 11 pessoas (poucos indivíduos se levarmos em conta o grande contingente de famílias coordenadas). Essa Coordenação Estadual representa o MTST junto à *União Nacional por Moradia Popular*⁸ (UNMP). Mesmo defendendo as bandeiras e bordões da auto-gestão, há uma forte relação de dependência por parte das famílias coordenadas para com seus líderes, o que implica na baixa politização do movimento.

c) *Pouco protagonismo nas conquistas*: A forma pela qual é concedida a própria moradia pelos governos, por intermédio dos programas habitacionais, não leva em consideração que a casa deve ser o reflexo da individualidade de quem a possui, atendendo às suas necessidades materiais e espirituais mais íntimas. Quase nunca os sem-teto são ouvidos no processo de assistência por algum programa habitacional, como se eles não fossem capazes de saber e externalizar o que eles mesmos necessitam. E, muitas vezes, esse pouco protagonismo das famílias sem-teto é causado pela própria postura do movimento e das lideranças que, por “debaixo dos panos”, firmam parcerias com secretários e/ou articuladores sociais dos governos para que as famílias desocupem áreas e recebam em troca uma moradia qualquer.

d) *Desgaste da luta após a conquista da moradia*: Geralmente, depois de conquistada a habitação, a coordenação do movimento passa apenas a acompanhar a comunidade, o que faz com que ela perca, aos poucos, o ânimo de lutar pelo direito à cidade em sua plenitude, pois não aprendeu a “andar sozinha”.

Por fim, mesmo com os inúmeros entraves, não se pode omitir a importância do MTST em Recife, no que concerne a garantia de alguns direitos, faltando-lhe apenas transfigurar elementos de sua estrutura e atuação. E, como veremos mais adiante, por conta de certa autoconsciência de sua ineficiente atuação, o MTST tem, recentemente, gradativamente se reconstruído, na tentativa de (re)definir-se enquanto desordem não-funcional.

Da tática à estratégia

O MTST/PE, atualmente, encontra-se filiado, como já dissemos, à UNMP, mantendo parceria com a *Secretaría Latinoamericana de La Vivienda Popular (SELVIP)*, coordenando cerca de 48 comunidades em Recife, Região Metropolitana e no interior do estado federado, muitas das quais já assistidas por programas governamentais. O movimento realiza bianualmente um encontro Estadual (Figura 05) em que são discutidos, juntos com as famílias e algumas outras entidades que lutam por moradia, temas de importância para o movimento. Além disso, o movimento tem se articulado recentemente com a Organização Não-Governamental *Habitar para Humanidade*, a qual, por sua vez, desenvolve projetos urbanísticos alternativos, sob o conceito da *Produção Social do Habitat*⁹ junto a comunidades carentes.



Figura 05: 5º Encontro Estadual do MTST/PE, realizado entre os dias 26 e 29/08/2010
Autor: Otávio Augusto, 2010

Além dessas articulações, há também a parceria com outras entidades não-governamentais, tais como a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) e a Equipe Técnica de Assessoria, Pesquisa e Ação Social (ETAPAS) (Figura 06).

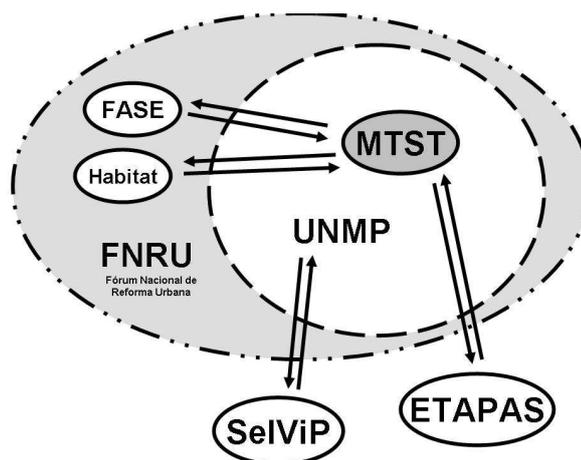


Figura 06: **Esquema das atuais articulações do MTST/PE**
Elaboração: Otávio Augusto, 2010

A necessidade dessas articulações provavelmente adveio da consciência, ainda que primária, dos entraves impostos à concretização da cidadania em muitas de suas experiências. Percebeu-se que é necessário ir além da ação tática, procurando adquirir um agir estratégico que só virá mediante articulações interescolares.

Sua inserção no Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU), por exemplo, por meio da UNMP, tem começado a preencher essa necessidade de articulação interescolar, na perspectiva de uma atuação mais estratégica. Essa tentativa de lutar em diversas escalas, atual característica do movimento, mostra, de certa forma, seu amadurecimento. O líder Marcos Cosmo confirmou essa tese quando entrevistado pelo autor do presente escrito (dia 03/06/2010). Ao dividir a história do MTST/PE em períodos cronológicos, ele afirmou constituir o período entre 2000 e 2005: o de consolidação do movimento, ocupações e intensa mobilização; e entre 2005 aos dias atuais: o período de amadurecimento, constituição de articulações em outras escalas, reflexão em torno dos problemas urbanos e preocupação com a idéia de habitação.

Todavia, hoje, no contexto da consolidação da administração petista (depois dos dois mandatos de João Paulo e meados do de João da Costa), a luta do MTST ainda parece incipiente, pois em alguns momentos, parece haver certa harmonia entre lideranças do movimento, articuladores sociais e secretários da prefeitura. E o MTST tenta colocar-se como autônomo à governança municipal, mas, muitas vezes, não consegue esconder o apoio ao PT e sua gestão. O que pode implicar em cooptação e limitação da ação política.

Considerações Finais

Como vimos, o desigual arranjo espacial urbano capitalista, gerado por um desordenamento territorial, ao passo que proporciona uma desordem que é funcional ao próprio sistema, também desencadeia uma desordem não-funcional que traz em si, possibilidades de mudanças estruturais. Quando atendem plenamente o triplo identidade, oposição e totalidade, essas desordens não-funcionais, a partir de ações táticas e estratégicas, podem promover mudanças na ordem vigente e em seus mecanismos de realização.

O MTST/PE, enquanto desordem não-funcional, assim como outros movimentos sociais urbanos, ao proporcionar direitos, mesmo que timidamente, aos indivíduos historicamente excluídos da ordem burguesa, acabam possuindo uma função elementar na construção de espaços socioespacialmente mais justos, confirmando nossa hipótese de que as *desordens não-funcionais* são cruciais na (re)elaboração e conseqüente mudança estrutural dos diferentes arranjos espaciais.

No entanto, para que essas desordens, em especial o MTST/PE, consigam promover plenamente os objetivos pelos quais erigem, modificando estruturalmente a des-ordem espacial burguesa, faz-se necessário redefinir-se enquanto desordem não-funcional (o que já vem sendo feito pelo MTST/PE), delimitando precisamente sua identidade e oposição, mediante construção de projetos e práticas (táticas e estratégicas) socioespacialmente mais consistentes. Para atender o elemento identidade é necessário se estabelecer nos recortamento espaciais desordenados, construindo microterritórios táticos fortes (ocupações resistentes e enraizadas) pois só assim é possível perceber a ordem vertical excludente do espaço (a oposição) e a necessidade histórica de sua mudança (a totalidade). E uma ação estratégica, como vimos, só virá mediante articulações interescares.

Essas realizações devem vir aliadas à adoção de uma contra-racionalidade transformadora que, em suma, é comunicativa e não vertical. Em outras palavras, é necessário uma razão e um agir que não procura atender à fins pré-estabelecidos, sobretudo os reclamados pelos dados infra-estruturais. Além disso, é extremamente necessário o desenvolvimento de uma postura política mais autônoma, infensa às determinações da política institucional e em conformidade apenas com os anseios das famílias envolvidas. Apenas mediante esses termos é que tais desordens engendrarão a construção de um espaço socialmente mais justo.

¹ Segundo Moreira (2007, p. 81), o “arranjo do espaço pode ser concebido como um complexo de territorialidades. Isto é, um complexo de recortamento, um múltiplo de áreas configurativas do espaço como uma estrutura corológica, genética e genealogicamente tensa e densa de conflitos [...]”. Todavia, preferimos, aqui, considerar o arranjo do espaço como a configuração do espaço, ou seja, a disposição relativa (localização-distribuição) dos objetos técnicos sobre a superfície. Essa concepção de arranjo espacial se confunde, dessa forma, ao de *cena*: a cena teatral é uma subdivisão do ato, sendo composta pelo cenário, os seus atores e o contexto dentro do enredo. Assim, o arranjo seria o conjunto de objetos, sua disposição e o enredo (história) que compõe sua totalidade.

² Marcuse (MONDIN, 1983), que tem seu pensamento apoiado em Freud e Hobbes de onde extrai as noções de estado natural e estado social, afirma que a sociedade, no contexto do capitalismo industrial, tornou a realidade autônoma de quem a construiu, o homem. Assim, ela se transformou em princípio último de tudo, aproveitando-se dos instintos e inclinações humanas para desenvolver e conservar suas próprias estruturas, anulando a dialética dos opostos que engendram o desenvolvimento histórico.

³ Fernandes (apud PEDON, 2009), na tentativa de desenvolver um aparato conceitual para a análise dos movimentos sociais por meio da Geografia, diferenciou o que ele mesmo chamou de movimentos socioespaciais e socioterritoriais. O primeiro corresponde as “formas de mobilização social [em que] sua espacialidade está vinculada a sua capacidade de gerir determinadas demandas no âmbito de um determinado espaço, sem buscar introduzir nenhum elemento novo, seja material ou imaterial” (Id. Ibid. p. 174). Já o segundo “tem como um de seus principais objetivos a conquista do território” (Id. Ibid. p. 173 e 174), a fim de introduzir nele novas formas de uso.

⁴ O problema habitacional recifense, que hoje pode ser expresso de maneira satisfatória pelo índice de déficit habitacional absoluto (cerca de 199.598 em 2006, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), sempre foi, desde o início do século XX, objeto de inúmeras intervenções do poder público. Porém, muitas delas eram muitíssimo limitadas em decorrência de serem muito mais políticas de governo do que de Estado.

⁵ Sabemos que o fim dos anos 1980 e início dos anos 1990, foi marcado pela adesão do Estado brasileiro ao projeto Neoliberal. Esse fato foi expresso pelas posturas político-econômicas caracterizadas pela busca de estabilidade monetária por meio de cortes em gastos sociais. Elas incidiram sobre as cidades, como aponta Rolnik (2009), gerando desemprego e assimetrias econômicas. Sobre tais posturas, é importante também saber que elas além de provocarem certa atrofia dos direitos sociais e trabalhistas também trouxeram uma perda do sentido ontológico do Estado *como provedor do bem-estar social*.

⁶ Na verdade, perante a intensificação do processo de acumulação e a reestruturação tecnológica e industrial do capitalismo tardio, os governos urbanos tiveram de ser muito mais inovadores e dispostos a explorar novas possibilidades de desenvolvimento mediante a lógica vigente, na intenção duvidosa de obter qualidade de vida para suas populações. Assim é que os governos locais desvincularam-se mais de uma postura administrativa e acolheram o empreendedorismo urbano (e seus apelos por intervenções estéticas) como novo e único modelo de governo, num projeto arquitetado por coalizões de forças hegemônicas onde o Estado passou a exercer apenas o papel de facilitador e coordenador (HARVEY, 2006). A cidade e seus signos estéticos transformaram-se, então, numa mercadoria a ser vendida nos circuitos de consumo turístico globais.

⁷ A violência em relação aos sem-teto mostra que existe uma verdadeira *criminalização da desordem* e uma guerra contra o livre associativismo – características típicas de uma sociedade unidimensional.

⁸ A UNMP é uma entidade aglomeradora de movimentos que lutam pelo direito à moradia, por reforma urbana e auto-gestão. Tal entidade surgiu por volta de 1989 a partir do processo de mobilização e coletas de assinaturas para o primeiro Projeto de Lei de iniciativa popular que criou o Sistema, o Fundo e o Conselho Nacional para Moradia Popular no Brasil (Lei 11.124/05). Sua forma de articulação e organização possui forte influência do modelo de organização das antigas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), articulando grupos locais nas regiões metropolitanas.

⁹ A produção social do habitat é uma alternativa à conquista do direito de morar que não perpassa necessariamente os mecanismos de mercado, nem os mecanismos de concessão governamental. Tendo o protagonismo social como base da construção das moradias.

Referências

BARBOSA, Jorge Luiz. **O Caos como Imago Urbis**: um ensaio crítico a respeito de uma fábula hiperreal. Revista GEOgrafia, Rio de Janeiro, Nº 1, V. 1, 59-69, 1999.

_____. **O Ordenamento Territorial Urbano na Era da Acumulação Globalizada**. In: SANTOS, Milton (Org). Território, Territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. 125-144.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**: artes de fazer. 3.ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.

CLEMENTINO, M. L. M; SOUZA, M. A. A. **Conjuntura Urbana 6: como andam Natal e Recife**. Rio de Janeiro: Letra Capital/Observatório das Metrópoles, 2009.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO (várias edições 1999-2010).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

HAESBAERT, Rogério; GONÇALVES, Carlos W. P. **A Nova Des-ordem Mundial**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

_____. **Nota: Ordenamento Territorial**. Boletim Goiano de Geografia, Goiânia, Nº 1, V. 26, 117-124, 2006.

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço**. 2.ed. São Paulo: Annablume, 2006.

ICAZA, A. M. S. **Movimento Social**. In: CATTANI, A. D; GAIGER, L. I; LAVILLE, J. L; HESPANHA, P (Orgs). Dicionário Internacional da Outra Economia. Coimbra: Ed. Almedina, 2009.

JORNAL DO COMÉRCIO (várias edições 1999-2010).

MATOS, O. C. F. **A Escola de Frankfurt**: luzes e sombra do iluminismo. 2.ed. São Paulo: Moderna, 2005.

MONDIN, Battista. **Curso de Filosofia**: os filósofos do ocidente. 3.ed. São Paulo: Edições Paulinas, 1983.

MOREIRA, Ruy. **O Espaço e o Contra-espço**: as dimensões territoriais da sociedade civil e do Estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa. In: SANTOS, Milton (Org). Território, Territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. 72-108.

_____. **Pensar e Ser em Geografia**: ensaios de história, epistemologia, e ontologia do espaço geográfico. São Paulo: Contexto, 2008.

PEDON, N. R. **Movimentos Socioterritoriais no Brasil**: uma contribuição conceitual à pesquisa geográfica. 2009. 239p. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Presidente Prudente/SP, 2009.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RODRIGUES, C. M. L. **“Daqui Não Saio, Daqui Ninguém me Tira”**: estudo de caso do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-teto), para além da dicotomia entre identidade e estratégia. 2002. 144p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco. Recife/PE, 2002.

ROLNIK, Raquel. **Democracia no Fio da Navalha**: limites e possibilidades para a implementação de uma agenda de Reforma Urbana no Brasil. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, Salvador, Nº 2, V. 11, 31-50, 2009.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. 7.ed. São Paulo: Edusp, 2007.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O Território**: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E; GOMES, P. C. C; CORRÊA, R. L (Orgs). Geografia: conceitos e temas. 10.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 77-116.

_____. **Mudar a Cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas. 6.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.